



### NESTE NÚMERO

Poupança: uma prioridade para Portugal	1
Bibliotema: Poupança em Portugal	3
Novos recursos de informação	7
As barras de ouro: Moeda-mercadoria no Brasil colonial	8
Análise de recursos eletrónicos	10

### APRESENTAÇÃO

Neste número da Newsletter destacamos o artigo "Poupança: uma prioridade para Portugal" da autoria de João Cadete de Matos, Diretor do Departamento de Estatística do Banco de Portugal, enquadrando o bibliotema "Poupança em Portugal". Apresentam-se também sinopses de obras subordinadas a este tema bem como uma lista bibliográfica.



## POUPANÇA: UMA PRIORIDADE PARA PORTUGAL

A necessidade de recorrer à ajuda financeira externa foi em grande parte consequência do facto de Portugal ter mantido quase ininterruptamente, durante décadas, um défice de financiamento, refletido nos saldos da balança corrente e de capital e na acumulação de dívida externa.

Os gráficos 1 e 2 da página seguinte ilustram esta realidade e tornam evidente uma situação persistente da insuficiência da poupança interna para financiar o investimento do país.

É visível a redução gradual da poupança desde o início dos anos 90, associada à redução das taxas de juro, consequência do processo de convergência para a entrada de Portugal na União Económica e Monetária, e à crescente facilidade de acesso ao crédito em resultado da liberalização dos mercados financeiros. O investimento manteve-se relativamente estável, o que, tendo em conta o comportamento da poupança, resultou em défices da balança corrente e de capital persistentes.

A situação vivida por Portugal nos últimos anos veio comprovar ser imperioso corrigir a trajetória verificada na evolução da poupança das famílias nas últimas décadas e estimular o seu aumento. Tal será de extrema importância para resolver de forma consistente e duradoura a nossa dependência externa.

As decisões de consumo corrente das famílias baseiam-se no seu rendimento permanente, ou seja, no rendimento médio que esperam receber durante a sua vida. Assim, as famílias tenderão a poupar mais no presente se esperam que o rendimento venha a diminuir no futuro. A decisão de poupança, vista como a decisão de diferir o consumo no tempo, depende, portanto, das preferências dos agentes entre consumo presente e futuro e da informação de que dispõem sobre as perspetivas futuras de consumo. O grau de otimismo e as expectativas e incerteza face ao futuro tendem assim a ser fatores determinantes da poupança.

A reação das famílias diferenciar-se-á igualmente consoante os escalões etários, níveis de rendimento e de escolaridade, bem como consoante a composição, estrutura e evolução da sua riqueza financeira e a existência ou não de restrições de liquidez.

Os estudos empíricos mostram que existem diversos fatores que influenciam a poupança. Um dos mais abrangentes – realizado pelo FMI – identificou quatro grandes categorias de motivos que levam as famílias a poupar: (i) financiar a reforma e/ou acumular uma herança; (ii) financiar despesas de longa duração (incluindo a compra de casa e as despesas de educação), (iii) financiar perdas inesperadas de rendimento (poupança por motivo de precaução) ou, ainda, (iv) manter a disponibilidade de recursos financeiros, de forma a proporcionar um perfil de consumo estável ao longo do tempo. A estes quatro motivos associam-se inúmeras variáveis que poderão influenciar as decisões de poupança: a poupança pública, a poupança das empresas, a demografia, a riqueza financeira das famílias, o desemprego, as taxas de juro reais, a inflação, os termos de troca, a desregulamentação financeira, entre outras.

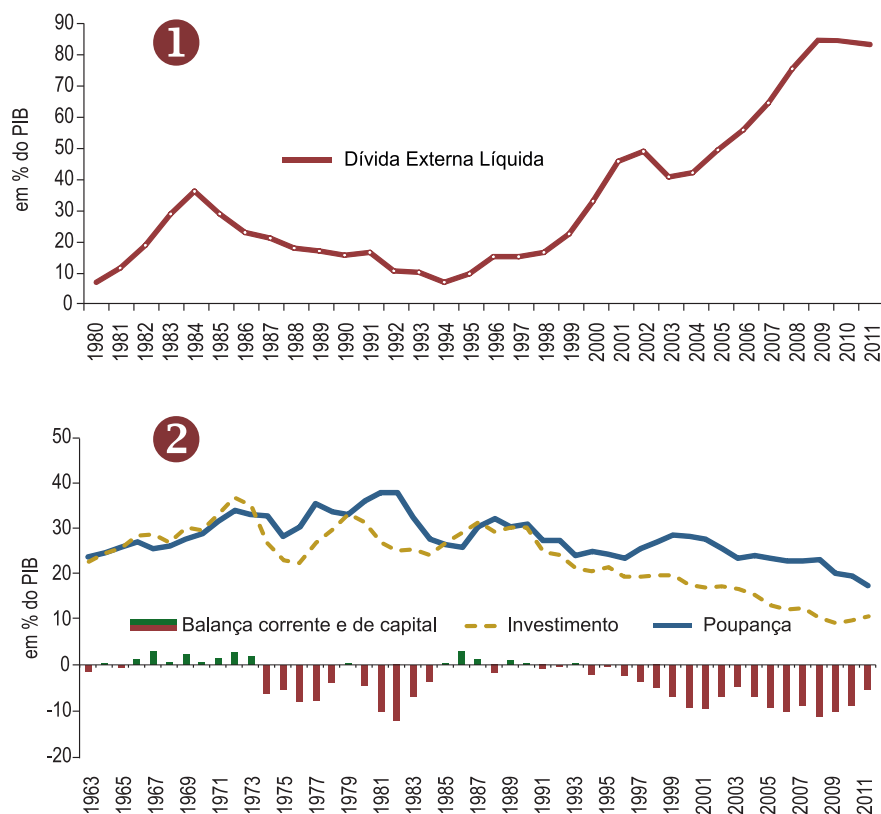
O estudo efetuado em 2010 pelo Banco de Portugal e pelo Ministério das Finanças intitulado “Avaliação da poupança das famílias no contexto do financiamento da economia portuguesa e proposta de medidas a adotar”, que serve de base a estes apontamentos, apresentou um conjunto de recomendações estruturadas em torno de cinco princípios orientadores: simplificar e facilitar a poupança; tornar a poupança mais compensadora reforçando a remuneração dos produtos de poupança; promover produtos de poupança; promover a educação e literacia financeira e incentivar a disciplina orçamental das famílias e a gestão prudente do endividamento.

O ato de consumir tende a ser muito mais fácil do que o ato de poupar. Este último requer, para além da decisão de não consumir no presente, a escolha de uma aplicação financeira na qual se irá aplicar o montante resultante da referida decisão, sendo que a inovação financeira torna esta escolha complexa, dada a diversidade de produtos existentes no mercado com características muito distintas.

Existe hoje a perceção de que uma elevada percentagem da população não poupa porque não sabe como fazê-lo, ou, dito de outra forma, porque não se sente qualificada para rapidamente decidir em que aplicação financeira deve aplicar o montante resultante da poupança, nem tem o apoio de terceiros para o auxiliar nesta decisão. Ficando o rendimento disponível na conta de depósitos à ordem, o incentivo para consumir é superior. Assim, a promoção da poupança deve necessariamente passar por torná-la o mais simples possível.

Promover a educação e a literacia financeira afigura-se, igualmente, um aspeto essencial, para consciencializar as famílias da necessidade de disciplina e de planeamento, dotando-as de ferramentas que as auxiliem na tomada de decisões financeiras. Incentivar a disciplina orçamental das famílias e a gestão prudente do endividamento são exemplos de linhas de ação que incidem sobre os fatores que afetam negativamente a poupança.

Num contexto de elevado endividamento externo da economia portuguesa, em geral, e das famílias, em particular, importa estimular uma cultura de poupança, incutindo, desde cedo, hábitos de poupança na população. A promoção da poupança tem que ser considerada uma prioridade da política económica, importando adotar um conjunto alargado e coerente de medidas de incentivo à poupança.



Fontes: Banco de Portugal e INE

### FRANCO, António de Sousa | **Poupança em Portugal: que futuro?**

Porto: Vida Económica, 2002. 195p. ISBN 972-788-080-0

António de Sousa Franco foi uma figura incontornável da política e do ensino em Portugal. Neste livro, aborda a evolução da poupança portuguesa, faz uma análise comparativa com outros países europeus e sugere mesmo o estabelecimento de uma política pública de incentivo à poupança privada e de canalização dos recursos para o tecido produtivo nacional, aproximando a estrutura da poupança nacional da de outros países mais desenvolvidos.

O autor começa com a análise dos números na década de 90, comparando a evolução do PIB, do rendimento disponível e da poupança; posteriormente faz um estudo dos vários instrumentos para aplicação de poupanças, relacionando a sua evolução com algumas variáveis externas, como os mercados financeiros.

Aborda o cenário legal, português e europeu, bem como o regime fiscal aplicável aos produtos de poupança, identificando os erros das políticas públicas no incentivo à poupança.

Passados dez anos da sua publicação, esta continua a ser uma obra de grande utilidade e atualidade, sobretudo em virtude da atual conjuntura económica nacional e também da descida acentuada da taxa de poupança.



3

### ALEXANDRE, Fernando; CONRRARIA, Luís Aguiar; e outros **A poupança em Portugal**

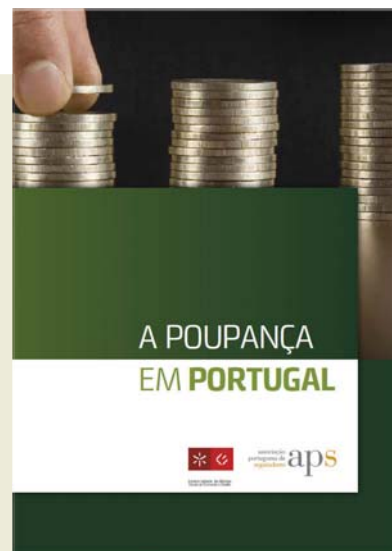
Braga: Universidade do Minho. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas, 2011. 190p.

A atual crise económica e financeira veio relembrar que a poupança é um instrumento fundamental ao dispor de famílias e empresas no sentido de precaver necessidades futuras. No entanto, e apesar da forte e contínua redução da taxa de poupança da economia portuguesa nas últimas décadas, este tema não tem sido abordado de forma extensiva.

O estudo "A Poupança em Portugal", encomendado pela Associação Portuguesa de Seguradoras à Universidade do Minho, faz uma análise ampla e rigorosa do comportamento da poupança em Portugal, nomeadamente a sua importância macroeconómica, o panorama internacional, as suas aplicações financeiras e as políticas públicas de incentivo à poupança.

Os autores apontam os programas de promoção e captação da poupança como uma forma eficaz de a promover na economia portuguesa, dado que a maioria da população, que não tem hábitos de poupança, tem de ser atraída para este tipo de produtos.

A ilustração do documento com diversos gráficos permite ao leitor reconhecer as diversas vertentes da poupança e compreender melhor a sua importância enquanto mecanismo de financiamento do consumo futuro, característica que assume particular relevância no contexto da presente crise financeira internacional.



CLARK, Gordon L.; STRAUSS, Kendra; e outro  
**Saving for retirement: intention, context, and behavior**

New York: Oxford University Press, 2012. 202p. | ISBN 978-0-19-960085-4

Durante as décadas de 1950 e 1960, o Estado Providência funcionou em muitas economias ocidentais mais avançadas; as pensões faziam parte do pacto social que tinha a sua fundação num conjunto de instituições aparentemente estáveis. No entanto, as mudanças globais operadas nos últimos 10 a 15 anos, sobretudo na área dos regimes de pensões, têm vindo a transferir para os indivíduos cada vez maior responsabilidade pelos rendimentos de que vão dispôr na reforma.

Os autores deste livro questionam a sustentabilidade das soluções que o poder político aponta para a continuidade das reformas. Algumas destas soluções, embora sejam economicamente viáveis, podem não ser socialmente sustentáveis, provocando o colapso na solidariedade inter-geracional e constituindo uma ameaça à coesão social.

Esta situação tem levado à alteração dos comportamentos individuais. A solução parece estar em maior literacia financeira, constituição de mais aforro e tomada de melhores decisões financeiras para aplicação das poupanças. Muitos *baby-boomers* ainda usufruem das chamadas pensões com benefício definido, no entanto, para os trabalhadores mais jovens a solução será um esquema de pensões em que a contribuição é definida e o trabalhador ficará dependente dos rendimentos acumulados e assumirá o risco do investimento.

Este livro é importante para o estudo da situação que envolve grande parte da população das sociedades ocidentais, particularmente a geração do *baby boom* e para o estudo da economia pelo impacto que estas mudanças terão em função de uma distribuição desigual do peso das reformas.



GARON, Sheldon

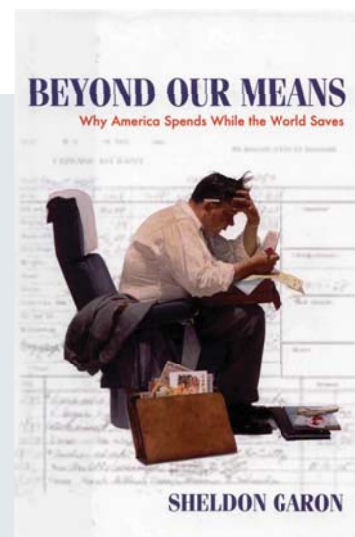
**Beyond our means: why America spends while the world saves**

Princeton: Princeton University Press, 2012. 475p. | ISBN 978-0-691-13599-1

Este livro levanta algumas questões importantes que relacionam os hábitos de poupança com as culturas nacionais. Sheldon Garon afirma que poupar é uma questão política e que as nações podem ter uma política agressiva de encorajamento da poupança, através de campanhas, de incentivos especiais ou de criação de instituições vocacionadas para a poupança. Em alternativa podem fomentar o consumo massificado e o recurso ao crédito, como fizeram os sucessivos governos dos EUA, apoiados em teorias económicas que consideravam o consumo como motor da economia.

Enquanto as famílias americanas ponderavam entre gastos, poupanças e empréstimos, na Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Hong Kong e sobretudo na China as famílias pouparam. A razão destas diferenças é simples: o rendimento das populações asiáticas tem subido de forma acentuada, permitindo manter hábitos de consumo e poupança elevados. Por outro lado, sendo a população maioritariamente jovem, poupa para o futuro, com o objetivo de educar os filhos e de garantir a velhice, tendo em consideração que a proteção social é inexistente. Nas sociedades ocidentais, com uma população envelhecida, reformada e usufruindo de generosos planos de proteção social, acentua-se a tendência para gastar o que se acumulou durante a vida ativa. Apesar de tudo, os europeus pouparam mais do que os americanos.

Este é um livro muito atual, que nos permite retirar alguns ensinamentos da crise financeira, mostrando-nos que mais do que a influência da economia e da psicologia nos hábitos de poupança das sociedades, são necessárias leis que incentivem esses hábitos, instituições vocacionadas para a poupança, que ofereçam aos pequenos aforradores segurança e taxas de juro atrativas e a mobilização das universidades e dos media que ajudem a promover o equilíbrio entre a poupança e o consumo.



## MONOGRAFIAS

- ARONSSON, Thomas; CIALANI, Catia – **Genuine saving and the social cost of taxation**  
Umea: Umea University. Department of Economics, May 2011. 15p. (Scandinavian working papers in economics; 826).
- FERRUCCI, Gianluigi; MIRALLES, Cesar – **Saving behavior and global imbalances: the role of emerging market economies**  
Frankfurt: BCE, Dec 2007. 45p. (European Central Bank Working Paper Series; 842)
- SALSBURY, Gregory – **Retirementology: rethinking the American dream in a new economy**  
Upper Saddle River: FT Press, 2010. 219p. ISBN 978-0-13-705653-8
- SCHMIDT-HEBBEL, Klaus; SERVÉN, Luis – **The economics of saving and growth: theory, evidence, and implications for policy**  
Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 199p. ISBN 978-0-521-02331-3

5

## ARTIGOS

- BÖRSCH-SUPAN, Axel; BRUGIAVINI, Agar – **Savings: the policy debate in Europe**  
"Oxford Review of Economic Policy" Mar 2001. v.17, n.1, p.116-144
- DYNAN, Karen E.; SKINNER, Jonathan – **Do the rich save more?**  
"Journal of Political Economy" 2004. v.112, n.21, p.397-444
- GARCIA, Maria Teresa Medeiros; BARROS, Carlos – **Saving behavior: evidence from Portugal**  
"International Review of Applied Economics" Mar 2011. v.25, n.2, p.225-238
- GLICK, Reuven; LANSING, Kevin J. – **Consumers and the economy, Part I: household credit and personal saving**  
"FRBSF Economic Letter" Jan 2011. n.1, p.1-5
- GUR, Timur Han; ERDEN, Lufti – **An empirical investigation on the determinants of the saving-investment interaction**  
"Panaeconomicus" 2011. v.58, n.3, p.343-355
- GUVEN, Cahit – **Reversing the question: does happiness affect consumption and savings behavior?**  
"Journal of Economic Psychology" Aug 2012. v.33, n.4, p.701-717
- KAFOR, Luke Emeka; TYROWICZ, Joanna – **Saving less when there is more foreign lending? Foreign debt and savings in developing countries**  
"Journal of Economic Policy Reform" Sep 2010. v.13, n.3, p.213-223
- MACCULLY, Clinton P. – **Trends in consumer spending and personal saving, 1959-2009**  
"Survey of Current Business" Jun 2011. v.91, n.6, p.14-22
- MODY, Ashoka; OHNSORGE, Franziska – **Precautionary savings in the Great Recession**  
"IMF Economic Review" Mar 2012. v.60, n.1, p.114-138
- NARDI, Mariacristina de – **How do the risks of living long and facing high medical expenses affect the elderly's saving behavior?**  
"Chicago Fed Letter" Jan 2012. n.294, 4p.
- RABLEN, Matthew D. – **The saving gateway: implications for optimal saving**  
"Fiscal Studies" Jun 2010. v.31, n.2, p.203-225
- SAER – **Poupança e investimento em Portugal na última década**  
"Relatório SAER" Mar 2010. v.IX, n.4, p.15-21
- SCHUNK, Daniel – **What determines household saving behavior? An examination of saving motives and saving decisions**  
"Jahrbücher Für Nationalökonomie & Statistik" Aug 2009. v.229, n.4, p.467-491
- SOMAM, Dilip; MIN, Zhao – **The fewer the better: number of goals and savings behavior**  
"Journal of Marketing Research" Dec 2011. v.XLVIII, n.6, p.944-957
- STRULIK, Holger – **Patience and prosperity**  
"Journal of Economic Theory" Jan 2012. v.147, n.1, p.336-352
- YI, Sun – **Structural change, savings and current account balance**  
"International Review of Economics and Finance" 2011. v.20, n.1, p.82-94

## EM LANÇAMENTO \*

- BENARTZI, Shlomo – **Save more tomorrow: practical behavioral finance solutions to improve**  
New York: Portfolio Hardcover, 2012. 288p. ISBN 978-1-591-84484-6
- KOTLIKOFF, Laurence J.; BURNS, Scott – **The clash of generations: saving ourselves, our kids and our economy**  
Cambridge: MIT Press, 2012. 288p. ISBN 978-0-262-01672-8

\* Escolha o título, nós compramos.



SHILLER, Robert J.

**Finance and the Good Society**

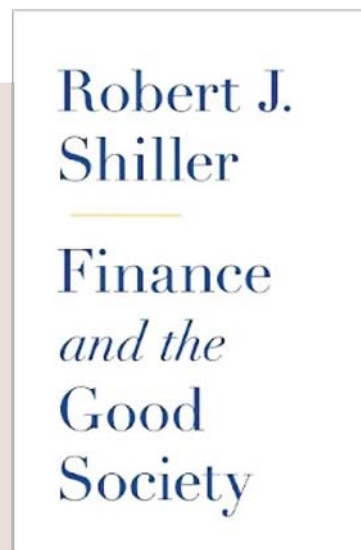
Princeton: Princeton University Press, 2012, 304p.

ISBN 978-0-691-15488-6

O capitalismo, em particular o capitalismo financeiro, tem vindo a evoluir de forma sustentada ao longo das últimas décadas, sobrevivendo inclusivamente à explosão das tecnologias de informação, vistas como catalisadoras da democratização do sector financeiro. No entanto, a reputação da indústria financeira ficou profundamente abalada pelos acontecimentos que decorreram da crise financeira de 2008.

Robert Shiller – especialista em matérias relacionadas com o sistema financeiro – recorda que, historicamente, o sector financeiro contribui para o bem-estar social com invenções como os seguros, as hipotecas, as contas de poupança-reforma ou os fundos de pensões. Neste contexto, o autor aponta novos caminhos para o sector financeiro para além da manipulação da moeda; nomeadamente, o seu reconhecimento enquanto bem comum, capaz de resolver problemas do quotidiano e aumentar o bem-estar geral. De acordo com o autor, a inovação financeira é a ferramenta mais adequada para ajudar a sociedade a atingir os seus objetivos.

Tendo em conta o actual panorama financeiro internacional, a análise inovadora de Shiller surge como uma excelente oportunidade para olhar o sistema financeiro sob uma perspetiva mais positiva.



COGGAN, Philip

**Paper promises: Money, debt and the new world order**

London: Allen Lane, 2011. 294p.

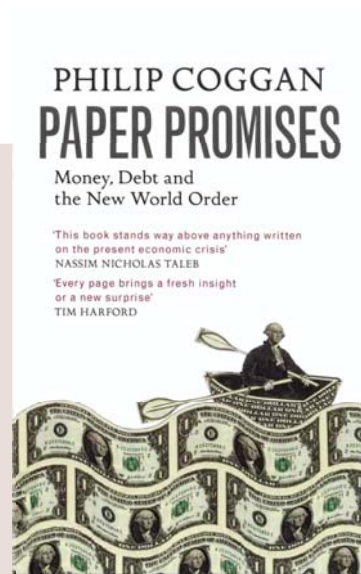
ISBN 978-1-846-14510-0

Durante os últimos quarenta anos, as economias ocidentais têm enfrentado grandes dificuldades em controlar a dívida. Atualmente, como a realidade revela que muitas dívidas não podem ser reembolsadas, a crise financeira voltou a instalar-se.

Neste contexto, Philip Coggan, jornalista financeiro do Economist, mostra que as causas do caos do sistema financeiro estão relacionadas com a forma como o dinheiro e a dívida são encarados pela sociedade.

Em *Paper Promises*, são descritas as principais funções da moeda enquanto reserva de valor, meio de troca e unidade de conta. Uma das vertentes abordada é a forma como a ambiguidade do papel da moeda se associou à ganância e à imprudência, gerando uma sucessão de crises que culminaram no atual panorama de catástrofe financeira. O livro é construído em torno de uma extensa análise histórica da moeda e do crédito, realçando as principais efemérides da história monetária global.

O rigor do autor satisfaz qualquer economista enquanto o estilo claro e atrativo proporciona uma experiência agradável para o leitor comum.



## MONOGRAFIAS

- ABDELNOUR, Ziad K.; WHITTAKER, Wesley A. – **Economic warfare: secrets of wealth creation in the age of welfare politics**

Hoboken: John Wiley & Sons, 2011. 212p.  
ISBN 978-1-118-15012-2



- CANNATA, Francesco; QUAGLIARIELLO, Mario – **Basel III and beyond: a guide to banking regulation after the crisis**

London: Risk Books, 2010. 510p.  
ISBN 978-1-90634-860-1



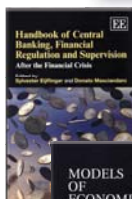
- DENNINGER, Karl – **Leverage: how cheap money will destroy the world**

Hoboken: John Wiley & Sons, 2012. 205p.  
ISBN 978-1-118-12284-6



- EIJFFINGER, Sysvester; MASCIANDARO, Donato – **Handbook of central banking regulation and supervision: after the financial crisis**

Cheltenham: Edward Elgar, 2011. 624p.  
ISBN 978-1-84980-313-7



- ETCHEMENDY, Sebastián – **Models of economic liberalization: business, workers, and compensation in Latin America, Spain, and Portugal**

Cambridge: Cambridge University Press, 2011. 361p.  
ISBN 978-0-521-76312-7



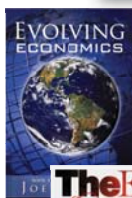
- FERREIRA, Eduardo Paz – **25 anos na União Europeia: 125 reflexões**

Coimbra: Almedina; Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa, 2011. 874p.  
ISBN 978-0-521-76312-7



- FIRMAJE, Joe – **Evolving economics: exploring the crisis of capitalism and a long-term vision of the economy of a more sustainable, egalitarian, and libertarian civilization**

Bloomington: Xlibris, 2011. 102p.  
ISBN 978-1-4628-7888-8



- HEINBERG, Richard – **The end of growth: adapting to our new economic reality**

Forest Row: Clairview, 2011. 320p.  
ISBN 978-1-905570-33-1



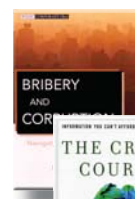
- LEWIS, Michael – **Liar's poker: the book that revealed the truth about London and Wall Street**

London: Hodder and Stoughton, 1989. 298p.  
ISBN 978-0-340-83996-6



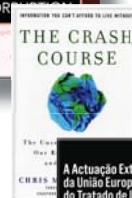
- LOUGHMAN, Brian; SIBERY, Richard – **Bribery and corruption: navigating the global risks**

Hoboken: John Wiley & Sons, 2012. 415p.  
ISBN 978-1-118-01136-2



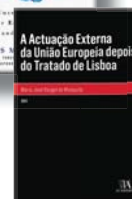
- MARTENSON, Chris – **The crash course: the unsustainable future of our economy, energy, and environment**

Hoboken: John Wiley & Sons, 2011. 317p.  
ISBN 978-0-470-92764-9



- MESQUITA, Maria José Rangel – **A actuação externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa**

Coimbra: Almedina, 2011. 556p.  
ISBN 978-972-40-4589-4



- PEREIRA, Paulo Trigo – **Portugal: dívida pública e défice democrático**

Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012. 127p.  
ISBN 978-989-8424-49-5



- ROCHE, Marc – **La banque: comment Goldman Sachs dirige le monde: enquête**

Paris: Éditions Points, 2011. 302p.  
ISBN 978-2-7578-2397-2



- SLICHTER, Detlev – **Paper money collapse: the folly of elastic money and the coming monetary breakdown**

Hoboken: John Wiley & Sons, 2011. 267p.  
ISBN 978-1-118-09575-1



- SOROS, George – **Financial turmoil in Europe and the United States: essays**

New York: Public Affairs, 2012. 161p.  
ISBN 978-1-61039-152-8



- STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya – **Mis-measuring our lives: why GDP doesn't add up: the report by the Commission on Measurement of Economic Performance and Social Progress**

New York: The New Press, 2010. 137p.  
ISBN 978-1-59558-519-6



- TRIANA, Pablo – **The number that killed us: a story of modern banking, flawed mathematics, and a big financial crisis**

Hoboken: John Wiley & Sons, 2012. 264p.  
ISBN 978-0-470-52973-7



## EM LANÇAMENTO \*

- BRUUN, Niklas; LORCHER, Klaus – **The Lisbon Treaty and social Europe**

Oxford: Hart Publishing, 2012. 208p.  
ISBN 978-1-84946-253-2

- COSTA-FONT, Joan – **Europe and the mediterranean economy**

London: Routledge, 2012. 256p.  
ISBN 978-0-415-66765-4

- SCHIFF, Peter – **The real crash: America's coming bankruptcy: how to save yourself and your country**

New York: St. Martin's Press, 2012. 336p.  
ISBN 978-1-250-00447-5

- TURNER, Adair – **Economics after the crisis: objectives and means**

Cambridge: MIT Press, 2012. 128p.  
ISBN 978-0-262-01744-2

\* Escolha o título, nós compramos.

## AS BARRAS DE OURO: MOEDA-MERCADORIA NO BRASIL COLONIAL

8

Nas décadas de 1670 e 1680, o Brasil enfrentava uma crise económica e financeira de grandes proporções diretamente associada à quebra dramática das exportações de açúcar para os mercados europeus. Fatores como a concorrência direta dos açúcares das Antilhas, calamidades naturais, assim como dificuldades de financiamento e falta de liquidez dos produtores brasileiros, conduziram a um declínio acentuado da economia açucareira.

Perante a recessão económica emergente e a consequente quebra de receitas fiscais, a Coroa reforçou a prospeção de metais preciosos nos territórios do interior. Em resultado, foram descobertos depósitos significativos de ouro na região de Minas Gerais entre 1693 e 1695. Tais descobertas inauguraram uma fase de recuperação e intensa expansão económica que rapidamente transformariam a sociedade e a economia brasileiras e devolveriam ao território a sua importância fulcral no mundo atlântico. Entre 1693 e os inícios do século XIX, o «ciclo do ouro» atraiu centenas de milhares de pessoas ao sertão brasileiro e resultou na extração de centenas de toneladas de ouro, grande parte das quais entrou na circulação monetária internacional sob a forma de moeda.



barras de ouro | Vila Rica, Goiás, e Serro Frio

No entanto, se a maior parte do ouro brasileiro injetado nos mercados internacionais e em Portugal assumiu a forma de moeda metálica, altamente reputada pela sua qualidade, no Brasil a situação era bastante diferente. A escassez crónica de moeda metálica — principalmente de trocos, em cobre e prata — levou à imediata generalização do ouro não amoadado como meio de pagamento. De facto, o alvará de 3 de Dezembro de 1750 reconhecia explicitamente o papel determinante do ouro em pó e em barra na economia de Minas Gerais e a “comodidade” da sua utilização nas transações comerciais, razão pela qual retirava o curso legal à moeda metálica de ouro circulante e circunscrevia a circulação regional de moeda metálica às espécies de prata e cobre. Perante esta situação, a economia setecentista de Minas Gerais apresentava, na prática, um sistema monetário dúplice onde

coexistiam duas unidades de referência: o real, com expressão física na escassa moeda existente, e a oitava de ouro ( $\pm 3,6$  g), com expressão física no ouro não amoadado — em lascas, barras ou mais vulgarmente pó. A oitava de ouro era claramente preponderante, como bem demonstra a escrituração contabilística dos negócios locais, efetuada predominantemente nesta unidade.

Das limitações e proibições impostas à circulação do ouro em pó no Brasil, assim como das necessidades de combate à evasão fiscal e à exportação ilícita de ouro, resultou a instituição das casas de fundição em cidades mineiras como Vila Rica, Sabará, Serro Frio, Mato Grosso e Cuiabá, entre outras, e o consequente aumento da circulação legal de ouro sob a forma de barras. Embora a utilização de ouro em barras no Brasil remonte pelo menos à primeira metade do século XVII, só com o alvará de 11 de Fevereiro 1719 surgiram as primeiras instruções oficiais sobre o acabamento das barras.



De acordo com esse diploma, as barras deveriam ser marcadas com as armas reais portuguesas, a esfera armilar e indicações de peso (em marcos, onças, oitavas, e grãos) e toque (em quilates, grãos e oitavos), assim como do ano de fabrico e outras marcas consideradas necessárias. Entre estas últimas se contariam o número de série e as marcas da casa de fundição e do ensaiador responsável pela aferição da qualidade do metal. A autenticação e controlo das barras passavam igualmente pela sua inscrição em livros de registo conservados nas casas de fundição. A partir de 1750-1751, as casas de fundição, entretanto reabertas, passaram a emitir guias sem as quais as respetivas barras não podiam circular legalmente. Dessas guias constavam o nome do proprietário; o peso do ouro entregue, do tributo recolhido (quinto) e do produto final; o método utilizado na aferição da pureza do ouro e, em particular, a indicação do valor corrente da barra.

Fruto do comércio internacional, do intenso contrabando, e sobretudo das urgentes necessidades de financiamento da corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro, a maioria destas barras acabou por desaparecer ao longo do tempo. Logo em 1808, o príncipe regente D. João mandava que o ouro em barra em circulação fosse trocado por papel-moeda e recolhido à casa da moeda do Rio de Janeiro para ser amoedado. Em 1818-1819, a coroa determinava a recolha de todo o ouro em pó e barra em circulação através do Banco do Brasil (criado em 1808) e mandava trocá-lo por notas convertíveis do mesmo banco. Finalmente, em 1833, procedia-se ao encerramento das últimas casas de fundição ainda em laboração.



por menores | barra de Serro Frio



Atualmente, conhecem-se 219 barras de ouro autênticas produzidas nas várias casas de fundição brasileiras, assim como várias dezenas de contrafações ou falsificações. O peso dos exemplares autênticos varia entre 19 g e 1,67 kg, datando de 1778 a barra mais antiga de que se tem conhecimento. O Banco de Portugal possui no seu acervo

museológico sete barras de ouro das casas de fundição de Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará, Serro Frio, Mato Grosso, Cuiabá e Goiás, com datas entre 1796 e 1821. Quatro dessas barras são provenientes do célebre tesouro de Jundiá, um valioso depósito de moedas e barras de ouro descoberto na região de São Paulo em 1921. Dada a sua raridade e inegável valor para a história do dinheiro, todas estas barras poderão ser futuramente admiradas pelos visitantes na «Sala dos Tesouros» da exposição permanente do Museu do Dinheiro do Banco de Portugal.

## Portugal Economy Probe

<http://www.peprobe.com/>



Portugal Economy Probe é um *site* sem fins lucrativos que visa facilitar o acesso a dados económicos e financeiros sobre Portugal. Esta iniciativa é apoiada pela Associação Portuguesa de Bancos, Banco Espírito Santo, Caixa Geral de Depósitos, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Fundação Oriente e Impresa.

10

Na página inicial, temos 7 secções: "Economic Outlook", "Financial Sector", "Troika Dashboard", "Capital Markets", "Business Companies" e "People & Families".

Na secção "Public Finances", podemos encontrar informação sobre o orçamento do Estado, a execução orçamental mensal e trimestral, a dívida pública e quadros com informação estatística, para além da caracterização do sector financeiro português.

A secção "Troika Dashboard" dá-nos uma visão geral sobre o Programa de Assistência Financeira a Portugal. Disponibiliza um calendário com as datas de aplicação das medidas da Troika para as diversas vertentes da economia, bem como a última avaliação da Troika.

No item "More about Portugal" podemos encontrar informação sobre como investir em Portugal, o sistema fiscal, o mercado de trabalho e ainda sobre a investigação que é feita em Portugal, empresas ligadas a esta área, programas de investigação e as Fundações que financiam estes programas.

## Centre for European Policy Studies (CEPS)


<http://www.ceps.be/>



Fundado em 1983, o Centre for European Policy Studies (CEPS) é um dos centros de investigação mais conceituados no que respeita ao estudo de políticas económicas implementadas no âmbito da União Europeia. Este centro serve como fórum de discussão para os assuntos relacionados com a União Europeia mas a sua principal mais-valia reside na capacidade de investigação interna, complementada com uma vasta rede de parceiros internacionais.

A página do CEPS permite, na secção "Research", aceder às várias áreas de investigação desde a política energética à análise dos mercados financeiros. A secção "Publications" apresenta diversas publicações editadas pelo CEPS na forma de artigo, relatório ou comentário.

A vasta abrangência dos temas abordados bem como a oportunidade dos mesmos tornam este recurso eletrónico uma ferramenta bastante útil para todos os que procurem informação rigorosa e atual sobre o panorama económico-social ao nível da União Europeia.

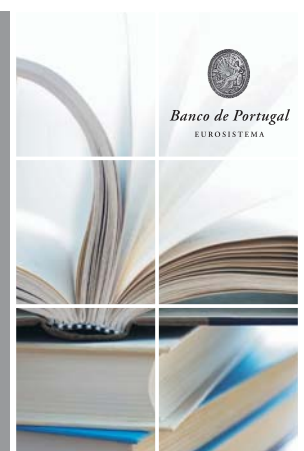


**MAIS DE 60 000 MONOGRAFIAS**  
**MAIS DE 1500 TÍTULOS DE PERIÓDICOS**  
**RECURSOS ELETRÓNICOS**  
**RELATÓRIOS E CONTAS**  
**INSTRUÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL**  
**LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA**  
**COLEÇÃO DE OBRAS IMPRESSAS ENTRE OS SÉCS. XVII E XIX**  
**CONSULTA DE COLEÇÕES E OBRAS EDITADAS PELO BANCO DE PORTUGAL**  
**ELABORAÇÃO DE PESQUISAS POR TÉCNICOS ESPECIALIZADOS**  
**SERVIÇO DE FOTOCÓPIAS**  
**ACESSO À INTERNET**  
**DISPONIBILIZAÇÃO DE JORNAIS**

**Sala de Leitura**  
R. Francisco Ribeiro, 2  
1150-165 Lisboa

**ENTRADA LIVRE**  
De 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira  
9.00 - 16.00  
(entrada até às 15.00)

Tel: +351 213 130 705  
Fax: + 351 213 128 116  
biblioteca@bportugal.pt



[www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)

### Ficha Técnica

Newsletter DSADM • Banco de Portugal | Departamento de Serviços de Apoio | Área de Documentação Edições e Museu • Internet <http://www.bportugal.pt> • Av. Almirante Reis, 71/2.º - 1150-012 Lisboa • Edição Núcleo de Documentação e Biblioteca • Design, Impressão e Distribuição Serviços de Edições e Publicações • ISSN 2182-276X